

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS CURSO DE
LICENCIATURA EM FILOSOFIA

MONOGRAFIA

MAQUIAVEL E O REALISMO POLÍTICO

DOUGLAS AUGUSTO MEDEIROS DA SILVA MARQUES

2024



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM FILOSOFIA

MAQUIAVEL E O REALISMO POLÍTICO

DOUGLAS AUGUSTO MEDEIROS DA SILVA MARQUES

Sob a orientação do Professor

Walter Valdevino Oliveira Silva

Monografia submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de **Licenciado em**
Filosofia, no Curso de Graduação em Filosofia

Seropédica, RJ

Dezembro de 2024

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM FILOSOFIA

DOUGLAS AUGUSTO MEDEIROS DA SILVA MARQUES

Monografia submetida como requisito parcial para obtenção do grau de licenciado em
Filosofia, no Curso de Graduação em Filosofia.

MONOGRAFIA

APROVADA EM 18/12/2024

Dr. Walter Valdevino Oliveira Silva (Orientador)

Prof. Dr. Affonso Henrique Vieira da Costa

Prof. Dr. Danilo Bilate

RESUMO

Marques, Douglas Augusto Medeiros da Silva. **Maquiavel e o Realismo Político**. 2024. Monografia (Curso de Licenciatura em Filosofia). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Filosofia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2024.

Esta monografia consiste em análises e reflexões a respeito do pensamento de Nicolau Maquiavel, em especial sobre os preceitos predicados por ele em sua célebre obra, *O Príncipe*, e compará-los com os princípios que norteiam o Realismo Político, com o intuito de averiguar se há, na obra renascentista, prescrições que apontem para o florentino como um precursor desta forma de abordagem política.

Palavras-chave: Poder, Pragmatismo, Príncipe, Realismo Político.

ABSTRACT

This monograph consists of analyzes and reflections on the thoughts of Nicolau Machiavelli, especially on the precepts predicated by him in his famous work, *The Prince*, and comparing them with the principles that guide Political Realism, with the aim of ascertaining whether There are, in the Renaissance work, prescriptions that point to the Florentine as a precursor of this form of political approach.

Keywords: Power, Pragmatism, Prince, Political Realism.

Introdução	8
Capítulo 1: Nicolau Maquiavel e <i>O Príncipe</i>	10
1.1 O Contexto Histórico e Político de Maquiavel	10
1.1.1 Florença e o Renascimento Político	10
1.1.2 A Fragmentação Italiana e a Ameaça Estrangeira	11
1.1.3 A Queda da República e o Exílio de Maquiavel	12
1.1.4 O Legado de Maquiavel na Política Moderna	12
1.2 Principais Ideias de <i>O Príncipe</i>	13
1.2.1 <i>Virtù</i> : A Habilidade do Príncipe em Controlar Circunstâncias	13
1.2.2 <i>Fortuna</i> : O Papel da Sorte na Política	14
1.2.3 A Natureza Humana e a Política	14
1.2.4 A Força do Leão e a Astúcia da Raposa	15
1.2.5 A Legitimidade do Poder	15
Capítulo 2: Quentin Skinner e a Interpretação de Maquiavel	16
2.1 A Contribuição de Quentin Skinner para a Compreensão de Maquiavel	16
2.1.1 A Abordagem Contextualista de Skinner	16
2.1.2 A Redefinição de <i>Virtù</i> e <i>Fortuna</i>	17
2.1.3 Pragmatismo Político e a Natureza do Poder	17
2.1.4 A Metáfora do Leão e da Raposa	18
2.1.5 O Legado de Maquiavel e o Realismo Político	19
2.2 A Relevância de Maquiavel (precisa ser arrumado)	19
2.2.1 O Pensamento Maquiaveliano e a Emergência do Estado Moderno	20
2.2.2 Maquiavel e o Realismo Político: O Princípio da Eficácia Política	21
2.2.3 A Relação entre Poder, Controle e Estabilidade Estatal	21
Capítulo 3: Realismo Político	22
3.1 Definição e Princípios Centrais do Realismo Político	22

3.1.1 O Realismo Político: Fundamentos e Origem	23
3.1.2 A Natureza Humana e o Poder no Realismo Político	24
3.1.3 Pragmatismo e Eficácia	25
3.2 A Convergência entre Maquiavel e o Realismo Político	26
3.2.1 A Natureza do Poder e a Busca pela Segurança do Estado	26
3.2.2 Virtù e Fortuna: O Príncipe e a Dinâmica de Poder	27
3.2.3 A Força e a Astúcia: A Estratégia como Meio de Garantir a Supremacia	28
Referências Bibliográficas	31

Introdução

A filosofia política, ao longo dos séculos, tem se debruçado sobre questões essenciais a respeito do poder, da governança e da natureza do Estado. Dentre os autores que moldaram esse campo, Nicolau Maquiavel ocupa um lugar de destaque, especialmente com sua obra *O Príncipe*, cujas reflexões continuam a suscitar debates nos dias de hoje. Escrito durante a Itália renascentista, em um período marcado por intensa fragmentação política e instabilidade, *O Príncipe* apresenta-se como um manual que oferece conselhos práticos para a conquista e a manutenção do poder. No entanto, sua relevância ultrapassa os limites do seu tempo, pois revela um pensamento político que rompe com as tradições morais da época ao priorizar a eficácia dos meios em detrimento das normas éticas convencionais.

Essa visão pragmática e, por vezes, amoral do poder encontra correspondências em um conceito que, séculos mais tarde, será chamado de Realismo Político. O Realismo Político, ao menos com este nome, surgiu no século XX, imediatamente após o término da Primeira Guerra Mundial, em resposta ao otimismo idealista que tomou conta dos esforços diplomáticos daquela época. Muitos criam que seria possível evitar conflitos armados com a criação de organismos internacionais capazes de promover o diálogo e a cooperação entre as nações, algo que os realistas julgavam impossível e utópico, dada a natureza egoísta do homem.

A questão central que norteia esta monografia é: em que medida as ideias de Maquiavel, especialmente em *O Príncipe*, antecipam e se aproximam dos princípios do Realismo Político? O objetivo deste trabalho é tentar demonstrar que, embora Maquiavel não tenha cunhado um termo que especificasse essa forma de fazer política externa, sua obra já oferece uma maneira de pensar e agir politicamente que privilegia a eficácia e os resultados acima das normas éticas tradicionais, abrindo caminho para uma nova perspectiva de poder que viria a se consolidar somente na modernidade.

Para tentar responder a essa questão, esta monografia será dividida em três capítulos. O primeiro capítulo tratará do contexto histórico e político que envolveu Maquiavel, abordando sua biografia e a situação da Itália renascentista, além de apresentar as principais ideias desenvolvidas em *O Príncipe*, como os conceitos de *virtù* e *fortuna* e o uso estratégico da força e da astúcia. O segundo capítulo trará a contribuição do historiador Quentin Skinner para a interpretação da obra de Maquiavel, discutindo a importância do autor florentino para a

construção da modernidade política e reavaliando sua imagem além da visão tradicional de cinismo. Por fim, o terceiro capítulo se concentrará na definição e nos princípios centrais do Realismo Político, tomando como base um artigo publicado pelo filósofo e teórico político Włodzimierz Julian Korab-Karpowicz, e tentará estabelecer conexões com os conceitos predicados por Maquiavel em *O Príncipe*.

Capítulo 1: Nicolau Maquiavel e *O Príncipe*

1.1 O Contexto Histórico e Político de Maquiavel

Nicolau Maquiavel (1469-1527) foi um dos mais influentes pensadores políticos do Renascimento, nascido em uma Florença cuja instabilidade e a fragmentação política moldavam o cenário italiano e europeu. A Itália do século XV não constituía um Estado-nação unificado, mas sim uma coleção de repúblicas, ducados e reinos como Florença, Milão, Veneza, Nápoles e os Estados Pontifícios. Essa divisão territorial gerava uma constante competição pelo poder, alianças volúveis e conflitos bélicos, com governantes locais buscando proteger ou expandir suas influências em meio à ameaça de invasões externas. Nesse contexto turbulento, a habilidade de liderar com pragmatismo e astúcia era considerada essencial para garantir a sobrevivência e a manutenção do poder.

O ambiente histórico e cultural em que Maquiavel viveu foi profundamente marcado pelas mudanças políticas rápidas e pela presença constante da guerra e da traição. Como resultado, a Itália do período renascentista era um campo fértil para o surgimento de tiranias e lideranças autocráticas. O próprio Maquiavel, testemunha privilegiada desse cenário, extraiu de suas observações e experiências uma visão do poder que se afastava das concepções tradicionais baseadas na moralidade cristã. Em suas palavras:

Todo príncipe deve desejar ser considerado piedoso e não cruel; entretanto, devo adverti-lo para não usar mal esta piedade. [...] Um príncipe deverá, portanto não se preocupar com a fama de cruel se desejar manter seus súditos unidos e obedientes. (Maquiavel, 2001, p. 79).

1.1.1 Florença e o Renascimento Político

A Florença do século XV foi uma das principais cidades-estado italianas, notável não apenas por seu florescimento artístico e cultural, mas também por sua complexidade política.

Governada inicialmente por uma república, a cidade viu a ascensão da poderosa família Médici, que dominou a política florentina por meio de uma combinação de alianças políticas, influência econômica e manipulação social. A alternância entre governos republicanos e oligárquicos refletia a instabilidade crônica da cidade, algo que impactaria diretamente o pensamento de Maquiavel. Ao longo de sua carreira, ele seria tanto um defensor quanto um crítico da República, acreditando que um governo forte era necessário para preservar a ordem, mas ciente das limitações do idealismo político em um ambiente volátil.

Formado em Direito e com uma sólida educação humanista, Maquiavel iniciou sua carreira pública em 1498, após a expulsão dos Médici e a restauração da República. Como secretário da Segunda Chancelaria da República de Florença, ele teve a oportunidade de participar de missões diplomáticas em diversos estados italianos e na corte de potências estrangeiras como a França e o Sacro Império Romano-Germânico. A partir dessas experiências, Maquiavel acumulou um vasto conhecimento sobre as dinâmicas do poder e os métodos utilizados por governantes para conquistar e manter sua autoridade.

Durante essas missões diplomáticas, Maquiavel observou diretamente as ações de líderes notáveis, como César Bórgia, que inspiraria algumas das análises mais controversas de *O Príncipe*. Ele destaca Bórgia como um exemplo de governante que, apesar de ter perdido o poder, demonstrou as qualidades essenciais de um líder forte:

Cesare Borgia, vulgarmente chamado duque Valentino, conquistou o estado com a fortuna do pai e com ela o perdeu, apesar de ter usado de todos os atos e de ter realizado todas as coisas que um homem prudente e valoroso deveria ter feito para deitar raízes em um estado em que as armas e a fortuna de outros lhe haviam proporcionado. (Maquiavel, 2001, p. 28)

A admiração por líderes que combinavam *virtù* – entendida como uma mistura de capacidade, coragem e astúcia – com a capacidade de lidar com a *fortuna*, ou sorte, tornou-se central em sua obra.

1.1.2 A Fragmentação Italiana e a Ameaça Estrangeira

Além das rivalidades internas entre cidades-estado italianas, a península enfrentava a crescente intervenção de potências estrangeiras, como a França e a Espanha. A invasão francesa em 1494, liderada por Carlos VIII, inaugurou uma era de guerras na Itália que duraria várias décadas, intensificando a desordem e a instabilidade. Essas invasões expuseram a fragilidade

dos estados italianos e a necessidade de liderança eficaz, capaz de equilibrar diplomacia, força militar e pragmatismo político. Maquiavel, que viveu essas crises de perto, argumentava que a falta de um poder centralizado forte deixava a Itália vulnerável:

A Itália se reduzisse aos termos em que se encontra atualmente [...] sem chefe, sem ordem, derrotada, espoliada, dilacerada, devastada, e tivesse suportado todo tipo de ruína. (Maquiavel, 2001, p. 123).

O cenário de alianças instáveis e traições recorrentes fez com que Maquiavel desenvolvesse uma visão desiludida sobre a natureza humana e a política. Para ele, a sobrevivência do governante dependia de sua capacidade de ser tanto temido quanto amado, mas, se fosse necessário escolher, “a resposta é que seria de desejar ser ambas as coisas, mas, como é difícil combiná-las, é muito mais seguro ser temido do que amado, quando se tem de desistir de uma das duas.” (Maquiavel, 2001, p. 80). Essa máxima exemplifica a ruptura de Maquiavel com a tradição ética cristã, que valorizava a bondade e a justiça como qualidades fundamentais dos governantes.

1.1.3 A Queda da República e o Exílio de Maquiavel

Em 1512, a República de Florença foi derrubada e os Médici retornaram ao poder, pondo fim à carreira política de Maquiavel. Acusado de conspirar contra a nova ordem, ele foi preso, torturado e exilado em sua propriedade rural em San Casciano. Durante esse período de afastamento forçado da vida pública, Maquiavel se dedicou à escrita, compondo algumas de suas obras mais importantes, como *O Príncipe* e os *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio*.

O exílio não apenas proporcionou a Maquiavel o tempo necessário para refletir sobre suas experiências, mas também intensificou sua compreensão da política como uma luta contínua pelo poder. *O Príncipe*, escrito por volta de 1513, foi concebido como um manual prático para governantes que precisavam consolidar e manter seu domínio em meio à instabilidade.

1.1.4 O Legado de Maquiavel na Política Moderna

Embora *O Príncipe* tenha sido publicado apenas em 1532, cinco anos após a morte de Maquiavel, a obra causou grande controvérsia desde o início. Sua defesa do uso de meios

amorais para alcançar objetivos políticos chocou muitos leitores, que viam a política como um campo orientado por princípios éticos. No entanto, com o tempo, a obra se consolidou como um clássico do pensamento político, inspirando líderes e estudiosos ao longo dos séculos. Autores como Hobbes e Friedrich Nietzsche se referiram indiretamente a Maquiavel em suas reflexões sobre poder e moralidade, e o termo “maquiavélico” passou a ser associado à ideia de manipulação pragmática e fria.

Em suma, o pensamento de Maquiavel não pode ser plenamente compreendido sem considerar o contexto histórico e político que moldou sua visão do mundo. A instabilidade da Itália renascentista, a fragmentação política, as invasões estrangeiras e a alternância entre repúblicas e tiranias forneceram o pano de fundo para sua análise realista do poder. *O Príncipe* é, em última instância, uma resposta às necessidades de seu tempo, mas suas lições permanecem relevantes para a política contemporânea, demonstrando que a astúcia e o pragmatismo continuam sendo elementos indispensáveis na arena política.

1.2 Principais Ideias de *O Príncipe*

Em *O Príncipe*, Nicolau Maquiavel apresenta uma reflexão profunda e, ao mesmo tempo, prática sobre a política e o exercício do poder, rompendo com as concepções morais e éticas dominantes no pensamento político de seu tempo. O tratado, escrito em 1513 e dedicado a Lorenzo de Médici, é, ao mesmo tempo, um manual para governantes e uma análise sobre a natureza humana e a dinâmica do poder. A obra consolidou-se como um marco do Realismo Político, desafiando a visão idealizada de governo e introduzindo conceitos fundamentais, como a *virtù*, a *fortuna*, a legitimidade do medo e a necessidade de equilibrar força e astúcia.

1.2.1 *Virtù*: A Habilidade do Príncipe em Controlar Circunstâncias

Para Maquiavel, a *virtù* é uma característica essencial que um governante deve possuir. Diferente da ideia de virtude moral, a *virtù* refere-se à capacidade do príncipe de agir com eficiência e habilidade em qualquer situação. Trata-se de um conjunto de qualidades práticas, como coragem, determinação, flexibilidade e astúcia, que permitem ao governante não apenas responder aos desafios da política, mas também moldar as circunstâncias a seu favor.

A *virtù* é apresentada como uma competência que permite ao líder governar com firmeza em um ambiente imprevisível. Segundo Maquiavel, não é suficiente para um príncipe ser bom, justo ou honesto; ele deve estar disposto a agir com dureza e de maneira imoral se necessário, desde que isso garanta a estabilidade do governo. Ele aconselha que “daí ser

necessário a um príncipe, se quiser manter-se, aprender a poder não ser bom e a se valer ou não disto segundo a necessidade” (Maquiavel, 2001, p. 73).

1.2.2 *Fortuna*: O Papel da Sorte na Política

Outro conceito-chave da obra é a *fortuna*, que representa o acaso ou a sorte. Para Maquiavel, a política é marcada por fatores imprevisíveis e incontroláveis, e a capacidade de um governante em lidar com essas incertezas é essencial para o sucesso. Embora o destino possa favorecer um príncipe, ele não é suficiente, por si só, para garantir o poder. A habilidade está em antecipar eventos imprevisíveis e adaptar-se rapidamente a novas circunstâncias: “[e]stou convencido do seguinte: é melhor ser impetuoso do que tímido, porque a fortuna é mulher, e é necessário, para dominá-la, bater-lhe e contrariá-la” (Maquiavel, 2001, p. 122). Essa metáfora, embora chocante aos olhos contemporâneos, evidencia a visão de Maquiavel sobre a necessidade de um governante agir de forma enérgica e decisiva diante das oportunidades.

Nesse contexto, a *virtù* do príncipe é o que pode limitar a influência da *fortuna*, na medida em que o possibilita de responder adequada e rapidamente aos contratempos que surgem durante seu governo. Um líder eficaz não pode simplesmente confiar na sorte, mas deve agir para moldá-la a seu favor. A interação entre *virtù* e *fortuna* constitui um dos aspectos mais importantes do pensamento maquiaveliano, destacando a necessidade de equilíbrio entre ação e adaptação.

1.2.3 A Natureza Humana e a Política

A visão de Maquiavel sobre a natureza humana é profundamente pessimista e influenciou suas recomendações aos governantes. Ele parte da premissa de que os seres humanos são essencialmente egoístas, volúveis e movidos por interesses próprios. Essa percepção o leva a aconselhar que o príncipe não deve confiar plenamente na lealdade de seus súditos ou aliados, pois

Geralmente se pode afirmar o seguinte acerca dos homens: que são ingratos, volúveis, simulados e dissimulados, fogem dos perigos, são ávidos de ganhar e, enquanto lhes fizeres bem, pertencem inteiramente a ti, te oferecem o sangue, o patrimônio, a vida e os filhos, como disse acima, desde que o perigo esteja distante; mas, quando precisas deles, revoltam-se. (Maquiavel, 2001, p. 80).

Em virtude dessa natureza instável, o governante deve estar sempre preparado para lidar com traições e deslealdades.

Maquiavel enfatiza a necessidade de manipular os sentimentos humanos, particularmente o medo, para garantir a estabilidade do governo. Ele é célebre por defendê-lo como um meio mais seguro de manter a obediência, uma vez que o amor é instável e pode desaparecer com o tempo. No entanto, ele adverte que o príncipe deve evitar ser odiado, pois o ódio pode levar à sua queda.

1.2.4 A Força do Leão e a Astúcia da Raposa

Maquiavel utiliza a metáfora do leão e da raposa para ilustrar duas qualidades essenciais que um governante deve possuir: a força e a astúcia. O leão representa o poder bruto e a coragem para enfrentar inimigos e desafios externos. Já a raposa simboliza a capacidade de enganar, evitar armadilhas e lidar com conspirações internas:

Um príncipe, se necessário, precisa saber usar bem a natureza animal, deve escolher a raposa e o leão, porque o leão não tem defesa contra os laços, nem raposa contra os lobos. Precisa, portanto, ser raposa para conhecer os laços e leão para aterrorizar os lobos. (Maquiavel, 2001, p. 84).

O governante ideal deve ser capaz de alternar entre essas duas naturezas, utilizando a força quando necessário e a astúcia em situações mais sutis. Confiar exclusivamente na força ou na astúcia é insuficiente; a sabedoria política reside na capacidade de saber quando agir como leão e quando agir como raposa.

1.2.5 A Legitimidade do Poder

Em *O Príncipe*, Maquiavel rompe com a tradição política baseada na ética cristã, propondo uma abordagem fundamentada no realismo e no emprego de medidas práticas. Para ele, a legitimidade do poder não depende de princípios morais, mas da capacidade de manter a ordem e garantir a segurança do Estado. “Os fins justificam os meios” é uma frase popularmente atribuída a Maquiavel, embora não apareça textualmente em nenhuma de suas obras. O que ele sugere, no entanto, é que ações imorais podem ser necessárias para preservar o poder e a estabilidade do governo.

Maquiavel enfatiza a importância de a política ser julgada pelos seus resultados, e não pelos meios empregados. Essa visão pragmática marcou uma ruptura com a visão idealista dos filósofos anteriores, que acreditavam que o governante deveria ser um modelo de virtude moral. Ao invés disso, Maquiavel propõe que o príncipe deve ser avaliado pela sua eficácia em alcançar e manter o poder.

Frequentemente criticado por seu cinismo e aparente amoralidade, Maquiavel trouxe à tona a complexidade das relações de poder, inaugurando uma nova forma de pensar a política, que ainda inspira teóricos e líderes contemporâneos.

Capítulo 2: Quentin Skinner e a Interpretação de Maquiavel

2.1 A Contribuição de Quentin Skinner para a Compreensão de Maquiavel

Quentin Skinner, um dos mais influentes historiadores do pensamento político e integrante da chamada Escola de Cambridge, oferece uma das interpretações mais relevantes e complexas da obra de Nicolau Maquiavel. Seus estudos mudaram paradigmas tradicionais e apresentaram uma nova perspectiva contextualista sobre *O Príncipe* e outros escritos do pensador florentino. Em textos fundamentais, como *As Fundações do Pensamento Político* e *Maquiavel*, Skinner argumenta que a obra de Maquiavel não deve ser lida como um manual para a tirania, mas sim como uma resposta às condições históricas e sociais específicas da Itália renascentista. Essa abordagem contextualizada não apenas altera nossa compreensão de Maquiavel, mas também ilumina questões mais amplas sobre poder, ética e pragmatismo político.

2.1.1 A Abordagem Contextualista de Skinner

A leitura de Skinner baseia-se na abordagem contextualista, que busca interpretar textos políticos à luz das condições históricas e sociais específicas em que foram produzidos. Para Skinner, obras de filosofia política não são abstrações teóricas isoladas, mas respostas diretas às crises e demandas concretas da época:

Para compreender as doutrinas de Maquiavel, precisamos começar por recuperar os problemas com os quais evidentemente ele se viu em confronto em *O Príncipe*. [...] Para chegar a esta perspectiva precisamos, por outro lado, reconstruir o contexto no qual aquelas obras foram originalmente compostas – o contexto intelectual da

filosofia clássica – e renascentista, bem como o contexto político da vida da cidade-estado italiana no início do século XVI. (Skinner, 1988, p. 12).

Essa visão é essencial para sua interpretação de Maquiavel, já que, segundo Skinner, o florentino estava profundamente imerso nas crises da Itália renascentista, marcada pela fragmentação política e pela competição brutal entre cidades-estado.

Maquiavel escreveu *O Príncipe* em um momento em que Florença havia perdido sua independência para o domínio dos Medici, e a instabilidade reinava na península italiana. Skinner sugere que a obra deve ser entendida como uma tentativa de oferecer conselhos práticos a governantes sobre como manter a ordem e a estabilidade em tempos de incerteza. Assim, *O Príncipe* emerge como um texto profundamente pragmático, preocupado mais com a eficácia da liderança do que com a adesão a princípios éticos abstratos.

2.1.2 A Redefinição de *Virtù* e *Fortuna*

Para Skinner, um dos conceitos centrais para entender a obra de Maquiavel é a noção de *virtù*. Diferentemente das leituras tradicionais que interpretam *virtù* como as virtudes cristãs da bondade, justiça e honradez, Skinner argumenta que, na obra de Maquiavel, esse termo refere-se à capacidade de adaptação, boa liderança e astúcia política. Skinner afirma que:

[...] a posse da *virtù* é representada como uma disposição de fazer o que for necessário para alcançar a glória cívica e a grandeza, quer ocorra serem as ações que isto envolve de caráter intrinsecamente bom ou mau. Antes de mais nada, esta qualidade é tratada como o mais importante atributo da liderança política. (Skinner, 1988, p. 84)

Maquiavel contrasta *virtù* com *fortuna*, entendida como a sorte ou o acaso que influencia o curso dos eventos. Para Skinner, essa dualidade entre *virtù* e *fortuna* é uma das contribuições mais notáveis de Maquiavel para o pensamento político, pois sugere que, embora o destino desempenhe um papel importante na política, o governante competente deve ser capaz de controlá-la e moldá-la por meio de ações decisivas e estratégicas, ou seja, deve possuir um comprometimento deliberado com a resolução de problemas e a capacidade de navegar nas incertezas do mundo político.

2.1.3 Pragmatismo Político e a Natureza do Poder

A leitura de Skinner também enfatiza a visão realista que Maquiavel tem sobre a política e a natureza humana. Em sua análise, Skinner sugere que Maquiavel não está preocupado em propor teorias abstratas e desconectadas do cotidiano da política, mas sim em oferecer um conjunto de estratégias para lidar com a realidade política tal como ela é marcada por interesses conflitantes e egoísmo, e argumenta que essa visão desencantada da natureza humana é essencial para a eficácia governamental.

Skinner explica que Maquiavel não aconselha o uso arbitrário da violência ou da manipulação, mas sim o uso calculado dessas ferramentas quando necessário para garantir a estabilidade do Estado:

A essa altura já se terá evidenciado que todo o conselho de Maquiavel está governado por uma noção altamente original do que se deve considerar a autêntica *virtù* de um príncipe. Até aqui, como vimos, de modo geral se supôs que a posse da *virtù* poderia ser identificada à posse do conjunto das virtudes maiores. Maquiavel, ao contrário, utilizará o conceito de *virtù* simplesmente para se referir a todo o conjunto de qualidades, sejam elas quais forem, cuja aquisição o príncipe possa achar necessária a fim de “manter seu estado” e “realizar grandes feitos”. (Skinner, 1996, p. 158-159)

A máxima atribuída a Maquiavel, de que entre ser amado e temido, a segunda opção é a mais sensata na política (Maquiavel, 2001), ilustra a necessidade de que o governante mantenha o controle sobre seus súditos, sem, no entanto, despertar o ódio do povo, decorrente de um governo tirânico. Skinner observa que essa recomendação não é um endosso ao despotismo, mas uma orientação para governar em um contexto de incertezas.

2.1.4 A Metáfora do Leão e da Raposa

Outro ponto relevante que Skinner destaca em sua análise é a metáfora do leão e da raposa, presente em *O Príncipe*. O leão representa a força, a coragem, a disposição para tomar medidas assertivas e até implacáveis, enquanto a raposa simboliza a astúcia e a capacidade de evitar armadilhas, recorrendo a todo tipo de ardil e dissimulação. Skinner diz:

Para Maquiavel, ao contrário, parecia óbvio que a virilidade caracteristicamente humana não era suficiente. [...] Assim, uma das coisas que um príncipe precisa saber é quais são os animais que deve imitar. O célebre conselho de Maquiavel é que ele se sairá melhor se “entre os animais escolher o a raposa e o leão”, complementando os

ideais da decência própria do homem com as artes indispensáveis da força e da fraude. (Skinner, 1988, p. 51)

A sabedoria política, segundo Maquiavel, reside em saber quando agir com a força do leão e quando recorrer à astúcia da raposa. Skinner argumenta que essa dualidade revela a complexidade do pensamento maquiaveliano, que transcende dicotomias simplistas entre ética e pragmatismo.

2.1.5 O Legado de Maquiavel e o Realismo Político

A contribuição de Skinner também é relevante para a compreensão do impacto duradouro de Maquiavel no pensamento político moderno. Em seus textos, Skinner aponta que Maquiavel antecipa muitos dos conceitos que, mais tarde, seriam associados ao Realismo Político, como o foco na eficácia governamental e a adaptação às circunstâncias em vez da adesão dogmática a princípios morais:

A ideia convencional de que *virtù* é o nome dado àquele conjunto de qualidades que permitem a um príncipe aliar-se com a Fortuna e conseguir honra, glória e fama. Mas afasta o sentido do termo de toda e qualquer conexão necessária com as virtudes cardeais e principescas. Argumenta, ao contrário, que a característica que define um príncipe verdadeiramente *virtuoso* consistirá em uma disposição de fazer tudo aquilo que for ditado pela necessidade – independente do fato de ser a ação eventualmente iníqua ou virtuosa – para alcançar seus mais altos objetivos. Deste modo, *virtù* passa a denotar precisamente a qualidade da flexibilidade moral que se requer de um príncipe. (Skinner, 1988, p. 63)

Essa perspectiva ilumina o caráter inovador do pensamento de Maquiavel, que oferece uma análise das dinâmicas de poder que continua a ressoar na teoria política contemporânea.

A leitura de Quentin Skinner sobre Maquiavel representa uma contribuição fundamental para a compreensão da obra do pensador. Ao enfatizar o contexto histórico e político em que *O Príncipe* foi escrito, Skinner nos permite enxergar Maquiavel não como um defensor do poder tirânico, mas como um pensador profundamente envolvido na busca por soluções viáveis para os dilemas políticos de seu tempo. Sua análise da relação entre *virtù* e *fortuna*, bem como sua ênfase no pragmatismo e na flexibilidade política, revelam um Maquiavel preocupado com a estabilidade do Estado e a eficácia governamental. Dessa forma, a interpretação de Skinner

não apenas ressignifica a obra de Maquiavel, mas também oferece uma lente através da qual podemos entender as complexidades da política em qualquer época.

2.2 A Relevância de Maquiavel

A análise de Quentin Skinner revela que Nicolau Maquiavel não deve ser encarado apenas como um teórico isolado ou como um autor cínico e defensor do absolutismo. Skinner sustenta que a obra de Maquiavel oferece um quadro analítico profundo e atemporal sobre o poder e as estruturas do Estado. O diferencial da abordagem de Skinner reside em sua leitura contextualista, que posiciona Maquiavel no cerne das crises políticas do século XVI, conectando suas ideias aos dilemas do poder e do controle que permeiam tanto a política renascentista quanto a moderna. Assim, o pensamento maquiaveliano é visto não como mera defesa da tirania, mas como uma reflexão sofisticada sobre a eficácia política e a manutenção do poder em um ambiente fragmentado e instável.

2.2.1 O Pensamento Maquiaveliano e a Emergência do Estado Moderno

A relevância de Maquiavel, conforme argumenta Skinner, reside em sua contribuição para a formação de um conceito embrionário do Estado moderno. Diferente dos tratados políticos medievais, que enfatizavam a legitimidade do poder baseada na tradição ou na vontade divina, Maquiavel desloca o foco para a competência prática e para a manutenção da ordem política. Skinner argumenta que a concepção de legitimidade em Maquiavel se baseia na capacidade do governante em se manter no poder e assegurar estabilidade:

[...] os doutrinários mais destacados do principado culminavam, todos, num mesmo – e fundamental – conselho aos políticos: se um governante pretende “manter seu estado” e alcançar as metas da honra, glória e fama, diziam eles, deve acima de tudo cultivar o elenco mais completo de virtudes tanto cristãs quanto morais. Ora, é precisamente essa conclusão – cujo papel estratégico na literatura dos espelhos é ocioso recordar – que Maquiavel rejeita. Concorde que as metas adequadas para um príncipe consistem em honra, glória e fama. Mas repele, com a maior veemência, a convicção reinante de que o meio seguro de realizar esses fins consistirá sempre em agir de modo convencionalmente virtuoso. (Skinner, 1999, p. 152)

Essa ideia é essencial para a emergência do conceito moderno de soberania, em que a eficácia administrativa e a manutenção da ordem substituem as justificativas religiosas e éticas para o poder.

Com essa perspectiva, Skinner sugere que Maquiavel pode ser visto como um precursor do Realismo Político, antecipando discussões que mais tarde seriam aprofundadas por pensadores como Thomas Hobbes e Max Weber. Assim como Hobbes em *Leviatã*, Maquiavel entende o poder político como um recurso que deve ser controlado e consolidado para evitar a anarquia e o colapso da ordem social. Skinner destaca que essa ênfase na eficácia é uma das características que definem o pensamento maquiaveliano como uma forma primitiva de Realismo Político.

2.2.2 Maquiavel e o Realismo Político: O Princípio da Eficácia Política

Para Skinner, Maquiavel oferece um dos primeiros exemplos de uma abordagem realista da política, ao sugerir que os governantes não devem apenas se orientar por ideais morais, mas sim pela necessidade de obter e preservar o poder. A distinção entre *virtù* e *fortuna* exemplifica essa ênfase no pragmatismo, uma vez que predica a necessidade do potentado de buscar por si mesmo meios de mudar o cenário político em que se encontra, evitando com isso, ser um mero dependente da conjuntura, tornando alguém capaz de trilhar seu próprio caminho rumo ao poder.

Para Skinner, a dialética entre *virtù* e *fortuna* é essencial para entender o pensamento maquiaveliano e o modo como ele antecipa os princípios do Realismo Político. Como Maquiavel sugere, o governante eficaz não é aquele que confia cegamente no destino, mas sim aquele que sabe moldá-la a seu favor por meio de ações decisivas e estratégicas. Skinner argumenta que, ao propor o uso de medidas políticas fundamentadas na flexibilidade e na adaptação, Maquiavel oferece uma resposta contundente às incertezas do poder.

Essa ênfase na eficácia, que muitas vezes exige a violação de normas éticas, permeia praticamente todos os capítulos de *O Príncipe*. Skinner destaca que essas recomendações não devem ser interpretadas como uma defesa do autoritarismo, mas como um reconhecimento das limitações da natureza humana e da necessidade de controle para o sucesso na política. Essa perspectiva é central para o desenvolvimento do conceito de governança pragmática que viria a ser consolidado no Realismo Político.

2.2.3 A Relação entre Poder, Controle e Estabilidade Estatal

Outro ponto relevante na interpretação de Skinner é a análise da visão de Maquiavel sobre a relação entre poder e estabilidade. Em sua obra, Maquiavel afirma que um Estado bem governado é aquele que consegue manter a ordem interna e se proteger contra ameaças externas. Quando Skinner diz “[a] disposição de, ocasionalmente, agir com severidade exemplar é crucial para a preservação da boa ordem, tanto nos negócios civis quanto militares.” (Maquiavel, 1988, p. 73) ele está apontando para essa concepção de poder empregado como meio de controle social que, de certa forma, antecipa algumas das características do Estado moderno, especialmente no que diz respeito à centralização da autoridade e ao monopólio da violência legítima.

A metáfora do leão e da raposa, presente em *O Príncipe*, exemplifica essa flexibilidade necessária ao governante. Skinner argumenta que essa metáfora encapsula a essência do pensamento maquiaveliano: o governante deve ser capaz de alternar entre diferentes formas de agir, conforme a situação exigir, com o intuito final de sempre manter-se no poder e assegurar a manutenção da ordem social sobre seus domínios, seja superando problemas ou derrotando adversários. Essa visão estratégica do poder revela uma compreensão profunda das dinâmicas políticas, destacando a importância da adaptabilidade e da prudência.

Capítulo 3: Realismo Político

3.1 Definição e Princípios Centrais do Realismo Político

O Realismo Político, como uma corrente teórica da ciência política e das relações internacionais, ganhou notoriedade especialmente no século XX, após o colapso do otimismo idealista que dominava a política internacional durante o período entre guerras. Ao contrário das abordagens utópicas que acreditavam na capacidade da humanidade de alcançar um estado de harmonia global, o Realismo Político defende que os Estados, e os indivíduos que os governam, são movidos principalmente por interesses egoístas e pela busca incessante de poder. Essa visão, que toma como premissa a natureza humana como egoísta, competitiva e muitas vezes irracional, coloca a sobrevivência do Estado e a manutenção de seu poder como os objetivos centrais da política internacional.

O realismo assume que, no campo das relações internacionais, não há espaço para considerações morais universais ou para uma crença inabalável na justiça internacional. Em

vez disso, os realistas acreditam que a política é, antes de tudo, uma arena de competição entre Estados, na qual a busca por segurança e poder é constante. Esse paradigma foi fundamental na crítica aos esforços diplomáticos pós-Primeira Guerra Mundial, que tentavam promover a paz por meio da criação de organismos internacionais como a Liga das Nações, com a esperança de que o diálogo pudesse impedir conflitos. Para os realistas, essa perspectiva era ingênua, uma vez que os Estados são, por natureza, animados por interesses próprios, que raramente coincidem com os de outras nações.

A partir dessa visão pragmática e pessimista sobre a política, o Realismo Político desenvolveu uma série de princípios que orientam a conduta dos governantes e as estratégias adotadas pelas nações. A ideia central é que a política deve ser vista com olhos práticos e não idealistas, em que as ações dos Estados são sempre moldadas pela necessidade de garantir sua própria sobrevivência e supremacia. Portanto, a moralidade, quando aplicada à política internacional, precisa ser flexível e subordinada à busca de resultados concretos. É dentro desse contexto que o Realismo Político emerge como uma resposta ao otimismo liberal que acreditava em soluções diplomáticas e na criação de instituições pacíficas entre as nações.

3.1.1 O Realismo Político: Fundamentos e Origem

Com o fracasso da Liga das Nações e o surgimento de novos conflitos, como a Segunda Guerra Mundial, começou a se consolidar uma crítica radical a esse otimismo. Filósofos e cientistas políticos, como Hans Morgenthau, um dos principais teóricos do realismo, passaram a afirmar que a natureza dos Estados e das relações internacionais estava longe de ser altruísta. “Influenciado pelo teólogo protestante e escritor político Reinhold Niebuhr, bem como por Hobbes, ele [Morgenthau] coloca o egoísmo e a sede de poder no centro de sua imagem da existência humana.” (Korab-Karpowicz, 2023). Para Morgenthau, a política internacional não era movida por um desejo de justiça ou por princípios morais universais, mas sim pela busca do poder. Os Estados, em sua visão, são entidades que competem entre si, movidas por um instinto natural de sobrevivência e de expansão.

Essa perspectiva, chamada de “realismo clássico”, sustenta que, em um mundo de anarquia – no qual não há uma autoridade central para regular as ações dos Estados – cada país deve garantir sua própria segurança. Essa busca pela segurança leva os Estados a adotarem uma postura estratégica, em que a moralidade é secundária em relação à preservação do poder. A relação entre moralidade e poder é, portanto, uma das principais tensões que caracterizam a abordagem realista.

O Realismo Político também se distingue de outras abordagens teóricas por sua ênfase na centralidade do poder nas relações internacionais. Para os realistas, o poder não é apenas um meio para atingir um fim; ele é, na verdade, o principal fim da política. Ao contrário do idealismo liberal, que acreditava na capacidade das instituições internacionais de promover a paz, os realistas são céticos quanto à eficácia das organizações multilaterais, acreditando que a única verdadeira garantia de segurança para um Estado é o poder militar, econômico e político que ele possa acumular.

3.1.2 A Natureza Humana e o Poder no Realismo Político

A base da teoria realista repousa na concepção de uma natureza humana egoísta e competitiva, que se reflete diretamente na política dos Estados. Para os realistas, as ações dos governos e a dinâmica das relações internacionais não podem ser entendidas sem levar em consideração os instintos e interesses primários dos seres humanos. Embora os realistas reconheçam a capacidade humana para a cooperação, eles veem essa tendência como secundária em relação ao desejo de poder e sobrevivência.

A visão pessimista da natureza humana central no realismo é um ponto de inflexão fundamental. Os realistas acreditam que os indivíduos, e por extensão os Estados, são movidos por desejos egoístas e interesses próprios. A política internacional, como toda política, é, para Morgenthau, uma luta pelo poder por causa da luxúria humana básica pelo poder. (KorabKarpowicz, 2023). A moralidade, a justiça ou a diplomacia, por mais que sejam desejáveis em algum nível, não devem ser vistas como prioridades quando a segurança do Estado está em jogo. Em um mundo anárquico, no qual não há uma autoridade central que regule as relações entre os Estados, os países devem estar preparados para usar todos os meios possíveis para preservar sua própria existência, incluindo a guerra, a manipulação política e a cooperação estratégica quando necessário:

Os realistas, e especialmente os neorrealistas de hoje, consideram a ausência de governo, literalmente *a anarquia*, como o determinante primário dos resultados políticos internacionais. A falta de uma autoridade comum de criação e execução de regras significa, eles argumentam, que a arena internacional é essencialmente um sistema de autoajuda. Cada estado é responsável por sua própria sobrevivência e é livre para definir seus próprios interesses e buscar poder. A anarquia, portanto, leva a uma situação em que o poder tem o papel primordial na formação das relações interestatais. (Korab-Karpowicz, 2023)

O poder, assim, se torna o principal valor em qualquer interação política. O Estado não pode se permitir fraquejar na busca pelo poder, pois isso pode resultar na perda de sua soberania e segurança. O foco do realismo, portanto, está em garantir a supremacia do Estado e assegurar sua capacidade de se proteger contra ameaças internas e externas. O equilíbrio de poder, um conceito central no realismo, reflete a necessidade de os Estados manterem uma posição forte para evitar que outros desafiem sua autoridade. Se um Estado perde seu poder relativo, ele se coloca em uma posição vulnerável, propensa a ser subjugado ou extinto.

3.1.3 Pragmatismo e Eficácia

Uma das características mais marcantes do Realismo Político é a ênfase na eficácia e nos resultados concretos em detrimento das normas éticas tradicionais. Enquanto outras escolas de pensamento, como o idealismo liberal, acreditam que as ações políticas devem ser baseadas em princípios morais e éticos, os realistas argumentam que a política internacional deve ser orientada por uma lógica de sobrevivência. A moralidade, nesse sentido, é vista como um luxo que não pode ser sempre aplicado em um cenário de competição intensa entre Estados.

Essa visão pragmática do Realismo Político reflete a ideia de que os governantes devem estar dispostos a tomar as decisões necessárias para garantir a segurança e a estabilidade de seu Estado, mesmo que essas decisões envolvam a violação de normas morais ou éticas. Os líderes devem ser, em essência, estrategistas habilidosos, capazes de manipular situações, tomar decisões difíceis e agir rapidamente para garantir que seu poder não seja desafiado. Para os realistas, a moralidade não é uma guia absoluta para a ação política; o que importa é o resultado final, a preservação do Estado e a garantia da sua soberania.

Esse foco na eficácia também implica que os meios utilizados para alcançar esses resultados são considerados aceitáveis, desde que conduzam à manutenção do poder e à segurança do Estado. Táticas como manipulação, engano, alianças convenientes e até a guerra podem ser justificadas se forem vistas como formas eficazes de proteger os interesses estatais. Dessa maneira, a política se torna uma arena na qual a moralidade é relativizada em nome da necessidade concreta de alcançar os objetivos de poder:

Os realistas são geralmente céticos sobre a relevância da ética para a política internacional. Isso pode levá-los a alegar que não há lugar para a moralidade no sentido prescritivo nas relações internacionais, ou que há uma tensão entre as demandas de moralidade e os requisitos de ação política bem-sucedida, ou que os estados têm sua própria moralidade que é diferente da moralidade costumeira, ou que

a moralidade, se empregada, é meramente usada instrumentalmente para justificar a conduta dos estados. (Korab-Karpowicz, 2023)

A ideia de que a política deve ser centrada na eficácia e na realização dos objetivos políticos em um cenário de competição constante está diretamente ligada ao pensamento maquiaveliano, que, como já visto, também enfatiza a necessidade de um príncipe agir com astúcia, flexibilidade e pragmatismo para garantir a estabilidade e o poder de seu Estado.

3.2 A Convergência entre Maquiavel e o Realismo Político

Embora Realismo Político, enquanto termo, só tenha vindo a se tornar recorrente no século XX, particularmente após a Primeira Guerra Mundial, as ideias que sustentam essa abordagem podem ser encontradas, até certa medida, em Nicolau Maquiavel, cujas reflexões sobre o poder, a natureza humana e a eficácia política em *O Príncipe*, antecipam muitos dos princípios fundamentais do realismo. O pensamento maquiaveliano, que prioriza a eficácia sobre a moralidade e considera a política como uma arena na qual a manipulação das circunstâncias é central, encontra ressonância direta nos conceitos do realismo, tornando evidente a permanência e relevância das ideias de Maquiavel na teoria política moderna.

3.2.1 A Natureza do Poder e a Busca pela Segurança do Estado

Uma das premissas centrais tanto em Maquiavel quanto no Realismo Político é a ideia de que o poder deve ser conquistado, consolidado e mantido a qualquer custo, visto que ele é fundamental para a sobrevivência e segurança do Estado. Maquiavel, em *O Príncipe*, descreve o governante como alguém cuja principal tarefa é garantir a estabilidade de seu Estado, seja por meios morais ou imorais, sempre buscando o fortalecimento de sua posição. Para ele, o príncipe deve ser capaz de entender as forças que moldam a política e usar sua astúcia para manipular essas forças em seu favor, sem se apegar a princípios éticos tradicionais. Da mesma forma, os realistas políticos, como Hans Morgenthau, também colocam a segurança do Estado como a prioridade máxima, argumentando que as relações internacionais são dominadas pela busca de poder, e que os Estados, como agentes autônomos, devem agir para proteger seus interesses fundamentais, sem se deixar guiar por ideais éticos ou regras universais de comportamento.

Em ambos os casos, a política é vista como uma arena competitiva e impiedosa, na qual as ações de um governante ou de um Estado são motivadas pela necessidade de garantir sua

posição frente a adversários internos e externos. A guerra, a diplomacia, as alianças e as manobras políticas são todas percebidas como ferramentas essenciais na manutenção da segurança e da soberania, com a moralidade sendo muitas vezes deixada de lado se isso significar um ganho estratégico para o Estado. A análise de Maquiavel sobre o poder, portanto, está em total sintonia com a visão realista de que os Estados, para prosperar e sobreviver, devem operar de forma pragmática, sem abrir mão da eficácia em favor de normas morais ou ideais elevados.

3.2.2 *Virtù e Fortuna: O Príncipe e a Dinâmica de Poder*

Um dos aspectos mais marcantes e influentes do pensamento maquiaveliano é a relação entre *virtù* e *fortuna*. Para Maquiavel, o príncipe ideal é aquele que possui *virtù*, ou seja, uma combinação de habilidades tais, que lhe permita controlar o curso dos acontecimentos a seu favor. A *fortuna*, por outro lado, é representada como a sorte ou o acaso, forças externas e imprevisíveis que afetam o destino de qualquer governante. O equilíbrio entre *virtù* e *fortuna* é crucial para o sucesso de qualquer príncipe, pois, enquanto a *virtù* permite ao governante superar problemas e transpor adversidades, a *fortuna* pode mudar de forma inesperada, influenciando ou até mesmo determinando o destino do príncipe.

No contexto do Realismo Político, esses conceitos podem ser relacionados diretamente com a visão de que o comportamento de um Estado é muitas vezes afetado por fatores imprevisíveis, como a dinâmica internacional, o comportamento dos outros Estados ou crises internas. A *virtù* de um Estado, se é que podemos dizer assim, seria sua habilidade de manobrar nessas circunstâncias imprevisíveis, adaptando-se a novas realidades e utilizando estratégias práticas para avançar seus interesses, enquanto a *fortuna* representaria as forças externas, como mudanças de regime, alianças inesperadas ou eventos globais, que podem alterar o equilíbrio de poder. Para os realistas, assim como para Maquiavel, a política não é uma ciência exata, mas sim uma arte que envolve a habilidade de agir eficazmente diante das incertezas e do caos. Ambos os enfoques consideram que, embora a sorte possa favorecer ou prejudicar um governante ou Estado, o sucesso político depende em grande medida da capacidade de tomar decisões que aproveitem as oportunidades e enfrentem os desafios impostos pela *fortuna*.

3.2.3 A Força e a Astúcia: A Estratégia como Meio de Garantir a Supremacia

Outro ponto de convergência entre o pensamento maquiaveliano e o Realismo Político diz respeito à importância da força e da astúcia como meios para garantir a supremacia do príncipe ou do Estado. Em *O Príncipe*, Maquiavel utiliza a metáfora do leão e da raposa para ilustrar a necessidade de um governante ser, ao mesmo tempo, forte como o leão e astuto como a raposa. O leão representa a força bruta, a capacidade de impor autoridade através da força militar ou de dissuadir os inimigos, enquanto a raposa simboliza a astúcia, a capacidade de enganar e ao mesmo tempo não ser enganado pelos rivais. Maquiavel argumenta que o príncipe deve ser capaz de utilizar tanto a força quanto a astúcia, dependendo das circunstâncias, para alcançar seus objetivos políticos e garantir a estabilidade do seu governo:

Maquiavelismo é um tipo radical de Realismo Político que é aplicado tanto a assuntos domésticos quanto internacionais. [...] é uma doutrina que nega a relevância da ética na política, e afirma que todos os meios (morais e imorais) são justificados para atingir certos fins políticos. (Korab-Karpowicz, 2023)

No campo do Realismo Político, essa dicotomia também é central. Os realistas acreditam que os Estados devem ser capazes de usar tanto a força militar quanto a diplomacia estratégica para assegurar sua posição no sistema internacional. A força militar, ou a ameaça dela, é vista como essencial para a proteção do Estado, mas a astúcia, no sentido de estratégias políticas e diplomáticas bem elaboradas, também é fundamental para navegar pelas complexas relações internacionais. Para os realistas, a política internacional é, em última instância, uma luta pelo poder, onde os Estados devem estar dispostos a usar qualquer meio necessário, seja ele agressivo ou sutil, para assegurar seus próprios interesses. Essa visão ressoa diretamente com a análise de Maquiavel, que defende que o príncipe deve ser flexível e pragmático, pronto para usar todas as ferramentas à sua disposição para manter o controle e garantir a supremacia de seu Estado.

Conclusão

Ao ponderarmos as prescrições do pensamento maquiaveliano e confrontá-las com os métodos do Realismo Político, creio que fique perceptível que há sim uma proximidade entre ambos. Apesar de Maquiavel ter sido muito rechaçado, ao longo da história, por comentadores dotados de uma interpretação muito arraigada a valores cristãos, que fundamentavam que de modo algum um governante deveria abdicar dos mais “nobres” princípios éticos, muitos dos quais fortemente influenciados por conceitos teológicos, mesmo que isso afetasse seu

desempenho no exercício do poder, pondo em risco inclusive sua continuidade à frente do governo, ele não é um defensor do mal em si. Parece-me que ele é um típico fruto de seu tempo, um cidadão que viveu em uma época muito conturbada, com ascensões rápidas e quedas mortais de príncipes, duques e demais senhores. Um espectador da brutalidade na política e que diante desta tela chocante, supôs que somente com medidas drásticas seria possível a sobrevivência naquele cenário. Isso fica muito claro ao debruçarmo-nos sobre os textos de Skinner, que, com sua visão apurada dos fatos históricos, algo próprio de um historiador, nos traz relatos do meio em que o diplomata florentino se encontrava. Toda aquela turbulência e a quase completa incerteza do futuro político e conseqüentemente social de Florença, certamente o marcou profundamente, levando-o a prescrever aquilo que fosse necessário, seja honesto ou não, para a manutenção do príncipe no poder, até porque, naquela Florença, a deposição do poder era quase sempre uma sentença de morte.

Não muito diferente disto me parece ser a causa do amadurecimento do Realismo Político no seio das relações internacionais. O mundo, em grande medida arrasado sob os escombros da Primeira Grande Guerra e ainda fortemente traumatizado pela violência insana do conflito, certamente foi o terreno fértil para que pensadores como Morgenthau, considerassem a natureza humana constituída predominantemente de ganância e egoísmo, uma vez que só tais sentimentos poderiam ter fomentado um conflito tão atroz. Isso provavelmente o levou a criar uma desconfiança do outro, fazendo-o crer que todos buscam em suas ações o benefício próprio, o que se torna preocupante para os Estados, uma vez que podem vir a sofrer ataques de outros. Esta “natureza humana”, segundo ele, inviabilizaria a cooperação entre Estados no cenário internacional, tornando irrelevante a funcionalidade de organismos como a Liga das Nações.

Mas, tal qual Maquiavel, Morgenthau não prescreve ações antiéticas, injustas e brutais de forma livre, como se fossem boas em si, ele apenas aventa-as como formas de preservar os Estados e de garantir suas sobrevivências.

Em suma, se a proposta deste trabalho é tentar encontrar pontos de aproximação entre o pensamento de Maquiavel e o Realismo Político, com o intuito de tentar demonstrar que o italiano foi visionário e inovador, antecipando o que veríamos de forma mais bem estabelecida somente no século XX, diria que a resposta é sim, levando em conta que ele orientou formas de ação muito semelhantes ao realismo quase cinco séculos antes.

Referências Bibliográficas

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 2o ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SKINNER, Quentin. *Maquiavel*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

SKINNER, Quentin. *As fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996

KORAB-KARPOWICZ, W. Julian, “Political Realism in International Relations”, *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 2023 Edition), Edward N. Zalta & Uri Nodelman (eds.), URL = <<https://plato.stanford.edu/archives/win2023/entries/realism-intl-relations/>>.